

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 7.386 - DF
(2014/0105581-1)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
EXEQUENTE : SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DO
AMAPÁ - SINDPOL/AP
ADVOGADO : MARCELO LAVOCAT GALVÃO E OUTRO - DF010958
EXECUTADO : UNIÃO
INTERES. : LIDIANE FERREIRA LEITE
INTERES. : LIGIA DE BRITO PAES
INTERES. : LILIANE FERREIRA LEITE
INTERES. : LUCIA MONTEIRO FREIRE
INTERES. : LUCIDALVA MORAES FREIRE
INTERES. : LUCIMAR FERREIRA DANTAS
INTERES. : LUCINETE MARIA DE LIMA MELO
INTERES. : LUIZ FERREIRA LEITE
INTERES. : LUZIA NOBRE LAMARÃO
INTERES. : MAGNO BANDEIRA DA COSTA
INTERES. : MARA LUCIA RIBEIRO PIMENTEL
INTERES. : MARCIO VILHENA LOBATO
ADVOGADO : DIEGO MICHEL COSTA BARBOSA - DF036232
INTERES. : MARCOS VINICIUS MIRANDA DE SOUZA
ADVOGADO : EDUARDO MARCOS DE ALMEIDA - DF020026
INTERES. : MARIA ALCINEIA MIRANDA DA COSTA
INTERES. : MARIA ALICE CAMPELO
INTERES. : MARIA ALICE SOUZA DO CARMO
INTERES. : MARIA ALTAMIRA PEREIRA ALVELINO
INTERES. : MARIA AMELIA MARQUES DE CASTRO
INTERES. : MARIA CAROLINA DA COSTA OLIVEIRA
INTERES. : MARIA CELIA BRAGA DE MIRANDA DE SOUZA
INTERES. : MARIA CLARISSE CORDEIRO REIS
INTERES. : MARIA CREUZA BORGES
INTERES. : MARIA DA CONCEIÇÃO ARAUJO BRAGA
INTERES. : MARIA DA CONCEIÇÃO CORDEIRO REIS
INTERES. : MARIA DA CONCEIÇÃO GUERREIRO DOS SANTOS

DECISÃO

Transitado em julgado os embargos à execução, a Coordenadoria de Execução Judicial (CEJU) apresentou informações e planilhas com os valores devidos aos substituídos, elaboradas com base nos parâmetros fixados naqueles autos, havendo coisa julgada quanto ao valor inicial da execução.

Portanto, à exceção de eventual erro material e do índice de correção monetária, que será abordado mais adiante, nada mais a discutir acerca dos

Superior Tribunal de Justiça

critérios empregados nos referidos cálculos.

Ante o exposto, homologo a conta apresentada pela CEJU, ressaltando que se trata de mera atualização do cálculo reconhecido como válido no julgamento dos embargos à execução e assim, sendo mera atualização, não é necessário abrir vista às partes antes da homologação.

Desse modo, determino a expedição das requisições de pagamento relativamente àqueles que estiverem em situação regular, com destaque dos honorários advocatícios, se for o caso, e com valores devidamente atualizados até o efetivo pagamento.

Por cautela, ressalto que, diante da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal conferindo efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos no bojo do RE n. 870.947/SE, publicada no DJe de 26/9/2018, a expedição das requisições de pagamento deve ser feita com base no cálculo elaborado pela TR, ficando ressalvada a possibilidade de expedição de precatório/RPV complementar para requisição dos valores relativos à diferença entre os índices TR e IPCA-E quando transitar em julgado o referido *decisum*, observando eventuais modificações.

Assim, fica autorizada, desde já, a expedição de requisições de pagamento de valor complementar, nos termos acima expostos.

Ademais, esclareço que nos valores requisitados deverão ser computados juros de mora até a data da expedição das requisições, nos termos do que ficou decidido pelo STF no julgamento do RE n. 579.431/RS, apreciado pela sistemática da repercussão geral, que, analisando o Tema n. 96, fixou a tese de que *incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório*.

Publique-se.

Intimem-se.

Decorrido o prazo legal, cumpra-se.

Brasília (DF), 17 de setembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção